



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 6 DE JANEIRO DE 2016.**

**Nº. 1/2016**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltou a esta reunião o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira.

#### **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 21,15 h.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Deu o Sr. Presidente conhecimento do resultado do sorteio realizado no âmbito da iniciativa de dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde. Compre no comércio local”.

Informou o Sr. Vereador, António João Fernandes Colaço que se tinha realizado na ultima segunda feira a Assembleia Geral da RESIALENTEJO, na qual participou em representação do município na qualidade de Presidente da Mesa. Mais informou que, entre outros foi aprovado o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano económico de 2016, tendo apontado como facto mais relevante a redução da tarifa de deposição de RSU em aterro em cerca de 2 euros, mais concretamente 2,33 por tonelada, o que, embora ligeiramente, alivia todos os municípios associados e o nosso em cerca de 700 euros mensais.

#### **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Não participou na votação o Sr. Vereador Paulo Jorge Nascimento, por não ter estado presente na reunião causa.

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### 1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do “e-mail” da AMGAP, enviando o seu Plano de Atividades Orçamento, aprovados em 22 de Dezembro, tendo o Sr. Presidente informado os Srs. Vereadores que podiam consultar os mesmos documentos.

### 2. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período de 1 de Janeiro a 30 de Dezembro de 2015, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2014	1.024.436,78 €
Receitas cobradas	9.520.361,92 €
Soma	10.544.798,70 €
Despesas realizadas	10.304.920,44 €
Saldo em 30.12.2015	239.878,26 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2014	221.781,91 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	772.185,254 €
Soma	993.967,15 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	786.094,96 €
Saldo em 31.12.2015	207.872,19 €

- Disponibilidades:

Caixa	536,14 €
Fundos de Maneio	- €
Instituições Bancárias	447.214,31 €
Total das disponibilidades em 30.12.2015	447.750,45 €
Documentos	24.007,78 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.12.2015	471.758,23 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Dezembro de 2015: 365.750,60 €.

### 3. - Balancete mensal acumulado (Razão):

Tomou a Câmara igual conhecimento do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Dezembro, o qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

#### **4. - Reconstituição do fundo de maneiio para o ano de 2016:**

Foi presente a seguinte informação prestada pela Coordenadora Técnica da Secção de Aprovisionamento e Património:

1º - De acordo com o nº 2 do artº 1º do Regulamento do Sistema de Controle Interno, passou a ser unicamente da responsabilidade da Coordenadora Técnica da Secção do Aprovisionamento e Património, o Fundo de Maneio.

2º - Perante isso e ainda conforme a mesma disposição legal, permita-me propor a V.Exª., o seguinte:

a) Como valor mensal, do fundo de maneiio 2.500 €;

b) As despesas pagas pelo fundo de maneiio só podem revestir a seguinte natureza:

- Bens: 01.02/02.01.15 - Ofertas - 150 €
  - 02/02.01.02.01 - Gasolina - 100 €
  - 02/02.01.02.02 - Gasóleo - 250 €
  - 02/02.01.05 - Refeições confeccionadas - 250 €
  - 02/02.01.06 - Alimentos géneros para confeccionar - 100 €
  - 02/02.01.08 - Material de escritório - 100 €
  - 02/02.01.20 - Material de educação, cultura e recreio - 100 €
  - 02/02.01.21 - Outros Bens - 500 €
- Serviços: 02/02.02.09 - Comunicações - 50 €
  - 02/02.02.13 - Deslocações e estadas - 350 €
  - 02/02.02.15 - Formação - 250 €
  - 02/02.02.25 - Outros serviços - 300 €.

c) Para além das rubricas mencionadas, todas as restantes independentemente das classificações cujas importâncias sejam inferiores ou iguais a 10 €, de acordo com o disposto no art.º 4º do mesmo Regulamento.

3 - Autorização para alterar no final de cada mês os valores disponíveis em cada rubrica aqui apresentada, caso se verifique essa necessidade, sendo posteriormente dado conhecimento dessa alteração.

4 - As despesas realizadas por qualquer serviço, onde não haja suporte quanto à natureza das mesmas são da exclusiva responsabilidade do adquirente.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente reconstituir o fundo de maneiio em causa, cujo montante total é de 2.500 € mensais, nas condições acima referidas, bem como autorizar o respetivo pagamento.

#### **5. - Contratação de empréstimo bancário, até ao montante de 900.000 €:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a proposta que levamos à Assembleia Municipal em 29 de setembro de 2015, sobre a necessidade em iniciarmos um processo de pedido de empréstimo a médio e longo prazo, que mereceu a concordância daquele Órgão;

Considerando a proposta submetida à reunião ordinária de 11 de novembro de 2015 da Câmara Municipal, onde foi dada sequência ao processo, tendo em vista lançar o procedimento, com a consulta realizar a cinco bancos;

Considerando que dos cinco convidados, só quem não apresentou proposta foi o Novo Banco e o Banco BIC;

Considerando que aqueles que concorreram, o Santander Totta, a Caixa Geral de Depósitos e o Millennium bcp, a Caixa Geral de Depósitos foi aquele que apresentou melhor proposta, conforme informação técnica;

Considerando que está decorrido o período de audiência dos interessados, iniciado em 1 de dezembro de 2015, não tendo havido qualquer reclamação à informação técnica, que sustenta como melhor proposta a da Caixa Geral de Depósitos;

Assim, face ao exposto, proponho:

- a) Que adjudiquemos à Caixa Geral de Depósitos a abertura de crédito até ao valor de 900.000,00 € para os seguintes investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos:

Investimento	Montante
Estações de Elevação e Tratamento de Águas Residuais	120.000,00 €
Remodelação da rede de águas de Castro Verde	200.000,00 €
Pavilhão Desportivo de Castro Verde	120.000,00 €
Rede viária:	
- EM 508 (Castro Verde - EN 2) /Stª. Bárbara de Padrões	400.000,00 €
- CM 1139 (Stª. Bárbara - EM 508/limite)	60.000,00 €
<b>Total</b>	<b>900.000,00 €</b>

- b) Que aprovemos a minuta do contrato junta, enviada pela CGD (doc. anexo I).
- c) Que solicitemos à Assembleia Municipal autorização para a contratação do empréstimo, ao abrigo do disposto no art.º 49º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro (Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, RFAL), seguindo junto o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento; (doc. anexo II).

Apreciada a proposta foi a mesma submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, cujos documentos se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Informou o Sr. Vereador António José de Brito que pretendia apresentar a posteriori uma declaração de voto, o que se verificou, e que a seguir se transcreve:

#### **“Declaração de Voto**

Face à proposta do Senhor Presidente da Câmara para o Município avançar com um primeiro empréstimo de 900.000 euros, consideramos indispensável apresentar a seguinte declaração:

1 – Ao contrário do que disse o Senhor Presidente da Câmara num depoimento público emitido na Rádio Castrense (no dia 21 de dezembro), os eleitos do PS não votaram contra os dois

empréstimos propostos pela CDU, nem na Câmara nem na Assembleia Municipal. **É bom que esta questão fique bem clara e não tenha espaço para confusões, até porque estamos certos que não foi essa a intenção do Senhor Presidente!**

2 – A nossa opção, tal como agora, foi a abstenção por considerarmos que as obras apresentadas como justificação para contrair o empréstimo (apesar de muitíssimo atrasadas!) precisam de ser feitas e são urgentes para a população do município.

Apresentados estes dois pontos prévios, e ainda à luz deste relevante acto de gestão que é contrair um primeiro empréstimo tão avultado, parece-nos igualmente importante salientar neste momento que o percurso da gestão camarária da CDU tem particularidades preocupantes e nada positivas que não podem ser esquecidas:

**Senão, vejamos:**

- a) A Câmara Municipal de Castro Verde recebeu de Derrama sobre o IRC, nos últimos 11 anos, cerca de 25,2 milhões de euros.
- b) Durante estes 11 anos (apesar de tão avultadas receitas!) não foi capaz de resolver problemas tão graves como os que persistem na Rede de Abastecimento de Águas na vila de Castro Verde, ou em vias rodoviárias como a Estrada Municipal 508 (Castro Verde/Santa Bárbara) e o Caminho Municipal 1139 (Santa Bárbara/ Mina de Neves-Corvo).
- c) Neste período, o valor recebido da Derrama sobre o IRC das empresas (e a possibilidade de aceder a fundos comunitários para solucionar estes problemas!) deveria ter feito toda a diferença na Câmara Municipal. E, como está à vista de todos, não fez... porque os problemas existem.
- d) **Politicamente, a questão essencial é esta:** Apesar de não terem avultadas receitas fiscais como o Município de Castro Verde, muitas autarquias têm trabalhado e conseguido soluções concretas para os seus problemas e, ao mesmo tempo, conseguido a redução da sua dívida. No nosso município, apesar de todo o quadro económico muito favorável dos últimos longos anos, sucedeu exatamente o contrário, naquilo que é uma prova evidente da má gestão da CDU."

**6. - Pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal:**

Na sequência da deliberação acima referida, apresentou o Sr. Presidente da Câmara a seguinte proposta:

"Considerando a necessidade que temos, de no menor lapso de tempo concluir o processo de empréstimo, para abertura de crédito de várias obras elencadas no nosso Plano Plurianual de Investimentos;

Considerando que a próxima Assembleia Municipal ordinária só vai realizar-se em fevereiro de 2016;

Considerando que compete à Assembleia Municipal autorizar a contratação do mesmo e tendo em vista que ainda vai ter de ser submetido a visto do Tribunal de Contas;

Assim, face ao exposto, proponho a este Órgão que solicitemos a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, nos termos do disposto no art.º 28º/1-a), do Ane4xo I, à Lei nº. 75/2013, de 13 de setembro, que terá como ponto único da ordem de trabalhos a autorização do empréstimo."

Deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

## **7 - Decisão final sobre processo disciplinar:**

Na sequência do processo disciplinar instaurado contra o trabalhador Miguel Brito Sousa Caeiros, foi presente a proposta de decisão final apresentada pela instrutora nomeada para o efeito, a qual, tendo em conta que, apesar da gravidade da infração, o despedimento seria excessivo, e, por isso, parece que a aplicação de uma sanção disciplinar que não o despedimento será suficiente, propõe a aplicação de uma suspensão pelo prazo de 20 dias, de acordo com o artigo 180º., alínea c), conjugado com o artigo 186º da alínea j) da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, remetendo a mesma instrutora ao Sr. Presidente da Câmara o mesmo processo nos termos do artigo 219º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Apreciado o assunto, submeteu o Sr. Presidente à votação, através de voto secreto, decisão da aplicação da sanção disciplinar proposta, tendo a mesma sido aprovada com três votos a favor e um voto em branco.

## **8. - Conversão de sepultura temporária em perpétua:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

Considerando a petição rececionada em 3 de novembro de 2015, enviada por um grupo de indivíduos, que de alguma forma estiveram ligados à equipa de Hóquei Patins do Futebol Clube Castrense e que se relacionaram desportivamente e profissionalmente com o Sr. Francisco Cardoso da Silva Antunes (amigavelmente conhecido por “Chico Bamba”), falecido em setembro de 2011.

Tendo em consideração todo o esforço e empenho que o Sr. Francisco Cardoso da Silva Antunes dedicou à prática desportiva no concelho de Castro Verde.

Verificando que o terreno, no Cemitério Municipal de Castro Verde, onde se encontram os restos mortais se encontra ao abandono, uma vez que os (supostos) familiares sobreviventes não se mostraram interessados em adquirir a concessão do terreno em causa, dentro do prazo de 3 anos conforme a lei estabelece.

Assim, como forma de homenagear uma pessoa que foi tão dedicada ao desporto no concelho de Castro Verde, proponho que a sepultura em causa se converta em perpétua, a favor da Câmara Municipal de Castro Verde, não podendo o terreno em causa ser alvo de qualquer outra inumação.

Proponho ainda a limpeza superficial do terreno e concessão de autorização para a colocação de uma lápida com o nome, data de nascimento, data do óbito e fotografia do Sr. Francisco Cardoso da Silva Antunes.

Apreciado assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta formulada pelo Sr. Presidente.

## **DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **1. - Concessão de subsídio à Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões”:**

Apreciou a Câmara o pedido de utilização do Cine Teatro Municipal e respetivo apoio logístico, no próximo dia 23 de janeiro, para a dinamização de mais uma edição do Serão de Cante Alentejano, bem como o apoio financeiro para fazer face a despesas inerentes ao jantar convívio que vai oferecer a todos os cantadores que participam na iniciativa, que deverão ascender a 140 pessoas.

Apreciado o pedido, a Câmara, segundo proposta formulada pelo Sr. Presidente, deliberou, por unanimidade e nominalmente conceder à Associação de Cante Alentejano “Os Ganhões” o apoio logístico solicitado, e um apoio financeiro no montante de 1.000 €, autorizando o respetivo pagamento.

Não participou na apreciação e votação o Sr. Vereador Paulo Nascimento pelo facto de fazer parte dos órgãos sociais da mesma Associação.

### **PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se verificou a presença de público.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,10 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.